

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQUERIMENTO Nº , DE 2025 (Do Sr. VINICIUS CARVALHO)

Requer a realização de audiência pública para debater sobre o prazo de validade de alimentos perecíveis e não perecíveis.

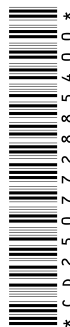
Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, §2º, inciso II da Constituição Federal c/c o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública para discutir sobre o prazo de validade de alimentos perecíveis e não perecíveis.

Para debater convidamos os seguintes **REPRESENTANTES:**

- 1) Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);
- 2) Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec);
- 3) Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia);
- 4) Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea); e
- 5) Associação Brasileira de Supermercados (Abras)

JUSTIFICATIVA



A realização de audiência pública para debater sobre o prazo de validade de alimentos perecíveis e não perecíveis justifica-se pela relevância social, econômica e sanitária do tema. A discussão abrange aspectos de segurança alimentar, desperdício de alimentos, direito do consumidor e regulação sanitária.

O debate busca esclarecer como a redução ou uniformização do prazo de validade impacta o setor produtivo, o comércio varejista e, sobretudo, o consumidor final — considerando riscos à saúde pública, critérios técnicos de conservação e rotulagem, além da compatibilização com as normas da Anvisa, e do Código de Defesa do Consumidor.

O presente requerimento também se propõe a examinar as boas práticas nacionais na determinação de prazos de validade e nos mecanismos de reaproveitamento e doação de alimentos próximos ao vencimento, evitando o desperdício e garantindo segurança sanitária.

Dessa forma, a participação de entidades técnicas, representativas e de defesa social é essencial para subsidiar o debate legislativo com evidências científicas e dados concretos, assegurando que eventuais alterações normativas atendam tanto aos interesses econômicos legítimos quanto à proteção da saúde e do consumidor.

Diante do exposto, solicito aos nobres pares a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Datado e assinado digitalmente

Deputado **VINICIUS CARVALHO**
REPUBLICANOS/SP

